

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCILIO FERNANDES CORREIA

**OS AGENTES DA REPRESSÃO: O ESQUADRÃO DA MORTE E A
RELAÇÃO COM PERNAMBUCO (1979 -1985)**

RECIFE

2019

Marcilio Fernandes Correia

**OS AGENTES DA REPRESSÃO: O ESQUADRÃO DA MORTE E A RELAÇÃO
COM PERNAMBUCO (1979 -1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em licenciatura plena em história (Departamento de História / UFRPE), como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientando: Marcilio Fernandes Correia

**Orientadora: Marcília Gama da Silva,
Doutora em História, UFRPE.**

RECIFE

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este artigo a minha turma do Curso de Licenciatura em História da UFRPE 2014.2 (Historiadores do amanhã), que bravamente lutaram nesses cinco anos para terminar essa graduação.

AGRADECIMENTO

Depois de longos cinco anos está se encerrando mais um período em minha vida acadêmica, onde tive a oportunidade de aprender, conviver com as mais variadas pessoas, fazer amizades, superar obstáculos, ter dúvidas, aprender mais, pensar em desistir, mas acima de tudo tive a oportunidade de mais uma vez saber que Deus tem sempre um plano na vida de cada um e vai sempre estar ao nosso lado nos guiando.

Portanto, agradeço primeiro a Deus por ter me dado a oportunidade de entrar numa universidade pública, após ter passado anos de minha vida sem estudar. Não posso deixar de agradecer especialmente a minha mãe dona Eronita da Silva Correia que foi uma das grandes incentivadoras para que eu chegasse até aqui e a minha esposa Cliceide Andrea e minha filha Maria Júlia, que sempre estiveram ao meu lado dando força para continuar.

Agradeço também a UFRPE por ter nos dado o espaço ideal para a produção do conhecimento. E por fim agradeço a professora Marcília Gama por ter acreditado na proposta de abordagem do tema, e ter guiado e incentivado a pesquisa, me apoiando, me dando forças, me incentivando, com palavras e com todos os recursos disponíveis, principalmente com sua vasta experiência no período estudado.

OS AGENTES DA REPRESSÃO: O ESQUADRÃO DA MORTE E SUA AÇÃO EM PERNAMBUCO (1979 -1985)

Marcílio Fernandes Correia, Graduando em História UFRPE.

Orientadora: Marcília Gama da Silva, Doutora em História UFRPE.

RESUMO: Seguindo as perspectivas abordadas pela Nova História Política e a importância dos debates acerca do período em que vigorou a ditadura civil-militar no Brasil (1964 -1985), o presente artigo tem como objetivo historicizar, apontar as abordagens práticas e o *modus operandi* de um dos mecanismos de controle social e repressão durante o regime militar em Pernambuco, o Esquadrão da Morte¹. Dessa forma, através das noções de controle social e análise de práticas discursivas à luz do teórico Michel Foucault e da abordagem do Estado-jardineiro de Bauman, a trajetória, as estratégias e alvos a serem atacados pelo esquadrão serão pontos principais da discussão. Com o amparo da documentação DOPS e uma cuidadosa seleção de teses, dissertações e obras bibliográficas sobre a repressão, buscar-se á no artigo apresentar a importância do debate sobre essa ceara.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Ditadura Militar; Pernambuco.

ABSTRACT: Following the perspectives addressed by the New Political History and the importance of the debates about the period in which the civil-military dictatorship in Brazil (1964 -1985) was in force, this article aims to historicize, to point out the practical approaches and the *modus operandi* of a of the mechanisms of social control and repression during the military regime in Pernambuco, the Death Squad. Thus, through the notions of social control and analysis of discursive practices in the light of the theoretician Michel Foucault and the approach of Bauman's state-gardener, the trajectory, strategies and targets to be attacked by the squadron will be the main points of the discussion. With the support of the DOPS documentation and a careful selection of theses, dissertations and bibliographical works on repression, we will seek in the article to present the importance of the debate on this ceara.

Keyword: History of Brazil; Military dictatorship; Pernambuco.

¹Grupo de extermínio com finalidades políticas (que também podem ser vistos enquanto instituições totalitárias voltadas para a eliminação de pessoas e estabelecimento de um terror social). Criado durante a década de 1950, porém com forte atuação durante o Regime Militar Brasileiro, com traços de cunho policial, o esquadrão teve seu surgimento a partir de um discurso moralista em defesa da sociedade no combate aos elementos tidos como indesejáveis e ameaçadores da ordem pública. No entanto, com o decorrer do tempo, esse mecanismo passou a estar atrelado a corrupção, tráfico de drogas, associação com entidades criminosas. MENEGHETTI, Francis Kanashiro. *Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil*. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 -1985) uma das principais doutrinas que respaldava a lógica policial-militar à época era a da Segurança Nacional que, por sua vez, enxergava na atuação junto à sociedade como principal instrumento para o combate às forças identificadas como ameaças a nação². E é exatamente dentro deste contexto que a ideia de que o desenvolvimento do país estaria ligado diretamente a segurança ganha corpo, sendo assim, o discurso de ordem e combate ao comunismo tem como principal receptáculo a classe média e a elite conservadora, a qual, com o passar do tempo, se torna cada vez mais influente.

É seguindo esta noção que uma forte mobilização dos setores econômicos e políticos arregimentam uma série de aspirações para o futuro da nação:

[...] extirpando, na concepção dos militares, os conflitos estimulados por ideias nocivas, causadoras de desordens que são consideradas, aos olhos dos órgãos de segurança, nefastas à ordem e uma ameaça a segurança do país. A questão que se coloca é: como implementar um programa de desenvolvimento arrojado num país entregue ao caos, à baderna, às greves, às mobilizações e aos movimentos sociais?³

O discurso do inimigo, do indivíduo subversivo era algo extremamente palpável numa sociedade que cada vez mais estava sendo preenchida por um aparato informativo e de vigilância estruturado e com uma série de ramificações no país. É certo que o ambiente repressivo ganha aspectos pujantes à medida em que o estado de exceção se instala e, nesse sentido, há um crescimento das teias de relações institucionais em prol da segurança nacional. Sobre esse aspecto em si, Foucault evidencia a coerência dessa lógica afinal, “[...] realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens, não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade”⁴.

É seguindo esta perspectiva que materializar e incorporar os instrumentos necessários para dar fôlego ao sistema repressivo:

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes da rede, bem como, no âmbito da própria sociedade, no

²SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 26

³ *Ibid.* p. 27

⁴FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 29

momento que a sociedade civil passa de observadora à atuante, co-participe daquilo que se autoneia de rede a serviço da repressão⁵.

É dessa maneira que instituições de caráter violento iam se legitimando e ampliando seu raio de influência. Nesse sentido, localiza-se o nosso objeto de estudo, o Esquadrão da Morte que está inserido como fenômeno/anomalia do regime repressivo. A origem dos esquadrões remonta as décadas de 1930 e 1940, enquanto organizações de promoção do terrorismo comum aos estados totalitários, exatamente com a finalidade de garantir e dar manutenção ao controle social e político em um país, a GESTAPO, na Alemanha Nazista é um dos principais exemplos. Costumeiramente os esquadrões atuam na clandestinidade, nas margens do sistema policial formal/oficial e são entendidos como grupos de apoio, os quais realizam o “trabalho sujo”, em outras palavras, são responsáveis pela eliminação de indivíduos considerados socialmente, economicamente e politicamente descabidos⁶.

No Brasil, no entanto, a maioria dos esquadrões tem sua origem na década de 1960, às vésperas da instalação da ditadura militar, e dentro de um quadro complexo e “não devem ser analisados apenas na perspectiva legal ou dos códigos de condutas. Porém, é preciso entendê-los dentro de contextos econômicos, político-ideológicos e jurídicos específicos, os quais, por sua vez, auxiliam a composição de mecanismos organizacionais bastante estruturados. A multiplicidade de seus formatos se desdobra em peculiaridades de acordo com o estado em que aparece, assim sendo

Não é tarefa simples definir o exato momento em que uma organização com as características de esquadrão da morte surge, dada a forma clandestina com que atuam durante determinado período e a dificuldade de se obter as respectivas informações. No entanto, apesar desses limitadores, algumas evidências e fatos permitem afirmar com certa precisão como elas aparecem⁷.

Portanto, os esquadrões de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Pernambuco, neste caso, carregam consigo um *modus operandi* peculiar às suas demandas. Esse ordenamento bastante racional, que visava garantir a ordem e a segurança, se apoiava no discurso oficial, que normaliza uma conduta agressiva e legitimava diversas formas de violência e, conseqüentemente, de uma “cultura da

⁵SILVA, Marcília Gama da. DOPS-PE e a rede de informações: olho e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. Revista Diálogos, v. 15, n.2, maio-ago/2011. p. 269

⁶MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro a ANPAD – Rio de Janeiro, 2011.p. 2

⁷*Ibid.*p. 3

violência” criando uma série de representações no meio social⁸. É sobre esta noção de representação social, que a abordamos em detrimento da influência que exerce na sociedade, esta que acaba por pressupor uma compreensão ligada diretamente a um sistema de diferenças que marca fortes significados no tecido social⁹.

Neste sentido que o presente trabalho surge de uma sucessão de indagações suscitadas durante o decorrer da disciplina de República II, durante o curso de Licenciatura plena em História, da UFRPE, especificamente nos tópicos que abordaram a censura e repressão no regime militar nas décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, o objetivo central se concentra em abordar a História do “Esquadrão da Morte” em Pernambuco, num recorte cronológico entre 1979 a 1985, assim como ações de sua permanência que se reproduzem e ainda se perpetuam após o fim do período em que o Brasil esteve sob um regime ditatorial civil/militar, analisar também a existência desses grupos, que com a anuência ou tolerância do Estado, agiam no Estado de Pernambuco e na cidade do Recife.

Nosso interesse nesta pesquisa é estudar a origem desses grupos de extermínio, seu *modus operandi*, as estratégias e os alvos a serem eliminados, destacando as linhas gerais de atuação no Estado, relativas ao surgimento deste grupo ainda no período da Primeira República, onde, em nome da ordem, foi criado com a finalidade de “garantir a ordem do poder político”. Este trabalho se propõe a abordar detalhes da ideia de seu funcionamento, a partir da concepção do “Estado Jardineiro”¹⁰, responsável em eliminar a “erva daninha” da sociedade para que não tenha seu projeto político ameaçado, garantindo assim o sucesso do seu plantio.

Cabe salientar que, a noção de Estado jardineiro dialoga com a possibilidade de enxergarmos os “danosos” não apenas no espectro daqueles que poderiam manchar a imagem do estado, mas também, os que, para o regime, não tinham utilidade à sociedade e comprometessem o equilíbrio social, em outras palavras:

⁸SOUZA, Marcos Santana de. Representações Sociais, Polícia e Violência: um estudo sobre a violência policial. Revista Scientia Plena. Vol. 03, n. 05, 2007. p. 76

⁹JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) Textos em representações sociais. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.p. 80-81

¹⁰A ideia do Estado-jardineiro, em Bauman, está relacionada à exclusão e a inclusão, a partir de uma seleção rigorosa daquilo que favorece a ordem em detrimento do que a compromete. Baseia-se na prática de jardinagem, que tem o propósito de cultivar o bom da plantação e eliminar as “ervas daninhas”, para que elas não prejudiquem o desenvolvimento do plantio.

[...] criaturas com cor de pele, formacorporal ou comportamentos estranhos, envolvidas em atividades “sem sentido”, cuja presença “não pode servir a nenhum propósito útil”. Qualquer coisa que compromete a ordem, a harmonia, o plano, rejeitando assim um propósito e significado, é Natureza, deve ser tratada como tal. E é Natureza porque é tratada assim¹¹.

A busca por um ordenamento das coisas e por uma função utilitária na sociedade, de acordo com Bauman (1999), faz com que haja uma mobilização significativa de setores sociais na luta contra o indesejável – cuja existência oferece possibilidades de atacar a ordem e o bem-estar da sociedade. E é exatamente esse modelo de pensamento que cultiva a idealização de uma conjuntura social na qual os “desviantes” não possuem lugar¹². Outro aspecto basilar nesta noção é a “desumanização do inimigo”¹³, praticada pelo regime militar brasileiro em prol da consolidação do seu plano de segurança nacional. Sob este aspecto, a construção do ideal de subversivo é erguido, o elemento perigoso e o cidadão desordeiro tornam-se o foco das ações da comunidade de informação (a partir de uma série de práticas de vigilância e controle social)¹⁴.

Ao trabalhar a História do “Esquadrão da Morte”, buscamos evidenciar, embora que de forma limitada, suas antigas práticas, seu estilo de ação, e costumes, assim como daqueles que atuaram em favor do Estado. Mas por que e qual a importância de se trabalhar o Esquadrão da Morte? É o que buscaremos responder ao longo desta pesquisa, onde nos baseando em conceitos presentes na literatura de Michel Foucault, à luz do aporte teórico em: *A Ordem do Discurso e Vigiar e Punir*, procuraremos analisar as informações, de forma a observar que “*não trata apenas de mecanismos de poder e sim, da maneira como eles se engrenaram*”.

Analisaremos também os arquivos do DP (Jornal Diário de Pernambuco), que passam por um processo de digitalização e são de grande valia para a pesquisa, bem como realizaremos leitura e fichamento de artigos, teses e livros sobre o assunto, que retrata a atuação desses grupos no período da ditadura Civil/Militar no Brasil. É no âmbito de responder a esta pergunta, do por que se trabalhar o “Esquadrão da Morte”,

¹¹BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 48-49

¹² CORRÊA, Rosália Silva. Quando o excesso de ordem provoca o caos: as contradições do “estado jardineiro” na atuação policial nos centros urbanos. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. V. 08, n. 1. Macapá: jan-jun/2015. p. 150

¹³BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 50

¹⁴SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 46

que levamos adiante esta pesquisa, cuja finalidade é entender as responsabilidades e implicações do Estado na criação deste grupo, assim como a aceitação de parte da sociedade a esse mecanismo de controle social, ao longo da História Republicana, e o conseqüente aval a sua atuação em Pernambuco e no Recife desde o início do século XX.

A VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL EO REGIME MILITAR

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um forte recrudescimento da violência policial no Brasil, o que acabou por despertar estudos em diversas áreas das ciências humanas e sociais, sobretudo, quando o tocante está direcionado para o regime militar, uma vez que a atuação policial violenta atuou enquanto manutenção dos aparatos institucionais e de governabilidade. Mais do que isso, as autoridades defendiam, enquanto necessidade, violar os direitos do cidadão para afastar as ameaças causadas pelo comunismo no país, assim como, constituir uma força policial que fosse treinada e autorizada a tomar ações de extrema violência contra todo e qualquer inimigo do Estado¹⁵. É dentro deste campo que a Doutrina de Segurança Nacional fornece margem para uma série de atrocidades, isso por que:

Tal doutrina representou não apenas a justificativa para as barbáries cometidas pelo Estado em nome da pátria, mas, também, um orientador ideológico a serviço da dominação de classe e dos interesses imperialistas dos Estados Unidos no continente americano que, baseado na teoria da guerra revolucionária, lançou-se contra todo pensamento contrário à ordem estabelecida, rotulando-os de comunistas¹⁶.

Com o inimigo declarado, as ações policiais cada vez mais se intensificaram de forma ostensiva e nesse sentido prisões, coações, torturas, confiscos e uma vigilância sobre ações e o *corpus* considerado subversivo culminam em anos de controle e cerceamento das liberdades individuais e coletivas. Em linhas gerais, a Doutrina de Segurança Nacional foi

Uma tentativa de fundamentar conceitualmente a repressão aos opositores do regime e o controle social e político suspendendo garantias constitucionais, limitando liberdades individuais e censurando os meios de comunicação. Na ótica dessa doutrina, o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno,

¹⁵CORRÊA, Rosália Silva. Quando o excesso de ordem provoca o caos: as contradições do “estado jardineiro” na atuação policial nos centros urbanos. Revista Eletrônica de Humanidades do Cursos de Ciências Sociais da UNIFAP. V. 08, n. 1. Macapá: jan-jun/2015. p. 152

¹⁶BURATO, José Antonio. A ditadura no gatilho: reflexões sobre a violência policial militar. Dissertação (Mestrado) – PPG em Gestão de Políticas e Organizações Públicas – UFSP: Osasco, 2015. p. 28

podendo ele estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser alguém do próprio povo¹⁷.

Disseminar para a população e tomar tal definição como princípio fundante para a construção de uma rede de comunicação concedeu lugar às forças militares enquanto um agrupamento de setores que passou a gerenciar as ações e a ideologia dominante para garantir a segurança da nação, e é esta rede que atravessa vários tecidos da sociedade a partir de uma gama de procedimentos diferenciados coletando e difundido múltiplos saberes¹⁸. Através do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), do CENIMAR (Marinha), CIE (Exército), CISA (Aeronáutica) do DOI-CODI e de outras entidades, o regime estabeleceu descrição, coesão e consistência em seu aparato.

É o ápice do poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discricção, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder¹⁹.

Dessa forma, quanto mais mecanismos e instituições estivessem agregados ao projeto de uma pretensa segurança nacional, mais o regime alcançaria os mínimos detalhes do convívio social e, dentro ou não de uma formalidade, estabeleceria os limites e as atividades a serem tomadas. De acordo com a historiadora Marcília Gama da Silva (2014), eram extremamente comum a polícia responder qualquer provocação dos grupos de esquerda com toda a violência possível, e “[...] a medida que as práticas de resistência tornavam-se mais enfáticas, via-se o uso de expedientes ainda mais truculentos e articulados por parte do aparato militar.”²⁰

É dentro desta ceara que cabe destacar o Ato Institucional de número 5 (AI-5) enquanto um dos principais instrumentos para aumentar em proporções significativas a repressão militar e policial. E é com esta ampla possibilidade de legitimação da violência, que o Esquadrão da Morte aparece enquanto força importante, dentro da ilegalidade e marginalização policial, para o arrefecimento da repressão.

¹⁷*Ibid*, p. 31.

¹⁸SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 47

¹⁹FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 154

²⁰SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 184

O ESQUADRÃO DA MORTE NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR

Os primeiros casos começaram a surgir em fins de 1968. A princípio, não se falava em ‘Esquadrão da Morte’, expressão que, no entanto, haveria de ganhar cada vez mais ênfase e publicidade com a multiplicação das execuções. [...] Adepto, por formação caracterológica e profissional, de uma atuação decidida do Ministério Público no combate ao crime, entendia e entendo que as coisas não poderiam ficar no ponto em que se encontravam já. Se às escâncaras, com intensa cobertura jornalística, o escândalo já ultrapassava nossas fronteiras e revistas de todo mundo narravam as façanhas do “Esquadrão”, a Procuradoria da Justiça não podia descansar. [...] Foi no âmbito dessa minha tomada de consciência que no dia 3 de março de 1969 redigi uma representação à chefia do Ministério Público, na qual solicitava a intervenção do órgão no apuramento de tantos crimes.²¹

O surgimento do Esquadrão da Morte tem como ligação principal a ideia de que há uma necessidade e que para garantir a ordem social é preciso que, de certo modo e se preciso, a eliminação de pessoas e a instituição de um terror social em termos de uma organização totalitária. No que diz respeito às ligações com os regimes militares, na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970, os Esquadrões da Morte surgem e se consolidam enquanto mecanismos com o objetivo de atender os interesses dos governos autoritários²². Sendo assim, os esquadrões são utilizados enquanto organizações que visam promover o terrorismo do Estado totalitário, com finalidade principal de dar manutenção ao controle político e social em um país²³. No Brasil, especificamente durante a Ditadura Militar, a maioria dos esquadrões ganha corpo, tendo um aparecimento complexo e não devem necessariamente ser analisados através de uma perspectiva legal ou de códigos de conduta²⁴. Isso porque, de acordo com Meneghetti (2011), para além de uma interação interdisciplinar é importante levar em consideração que:

Há necessidade proeminente de estudá-los como fenômenos organizacionais inseridos nos seus contextos econômicos, político-ideológicos, jurídicos e civilizatórios. Essa abordagem interdisciplinar possibilita compreender o fenômeno dos esquadrões da morte como organizações situadas em uma totalidade social em que todos participam, mesmo aqueles que se omitem ou negam sua existência.

É exatamente seguindo essa perspectiva que se torna imprescindível não descartar os rearranjos formais/institucionais empreendidos diante das relações de poder que os

²¹BICUDO, Hélio. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte. 2ª edição. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976, p. 25.

²²MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011. p.02

²³STOHL, M. The State as Terrorist: Insights and Implications. *Democracy and Security*, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/17419160600623418?scroll=top>. Acesso em; 13/06/2019.

²⁴Barbosa, Adriano. Esquadrão da Morte, um Mal Necessário? São Paulo: Mandarin, 1971. P.17

legitimam, não sob o prisma de um aspecto formal, pois grande parte desses esquadrões agia dentro da clandestinidade, num setor marginalizado do sistema policial formal, mas, em outras palavras, num aspecto mais informalizado, à sombra dos canais formais repressivos, através do qual estariam encarregados de realizar o “trabalho sujo” e atuarem como “grupo de apoio”, com a finalidade de acabar com os indivíduos política, social e economicamente ameaçadores²⁵.

Vale salientar, diante desta nuance, que há certa dificuldade em cooptar informações acerca da formação e atuação dos esquadrões, isso porque a atuação de forma clandestina, por um período significativo de suas existências, dificulta auferir as respectivas informações. Dessa maneira, utilizaremos os exemplos dos esquadrões de São Paulo, Alagoas e Rio de Janeiro em termos de construção, objetivos e principais articuladores das práticas de violência, já que o processo de treinamento dos integrantes dos esquadrões trazia consigo uma base comum numa linha de combate aos simpatizantes do comunismo e aos divergentes do Regime Militar, mais do que isso, agia de modo que uma parte da própria polícia transpusesse as atribuições policiais legais e agissem sob a égide de um intuito político²⁶. É certo que os Esquadrões da Morte, durante o regime militar brasileiro, atuavam com caráter de polícia política e integravam sistemas de segurança “que tinha como objetivo eliminar de modo sumário pessoas consideradas inimigas, além de praticar torturas para aterrorizar e intimidar os inimigos do regime”²⁷.

Outro aspecto que alimenta a formação dos esquadrões é a precariedade ou uma suposta “ineficiência” de outros setores policiais, como por exemplo, a Polícia Civil. Em função de elementos como a falta de recursos, despreparo dos policiais, ações grevistas e das dissidências com as lideranças da Polícia Militar são condicionantes substanciais para a formação dessas organizações. Além do mais, em um cenário recheado de problemáticas burocráticas, de um contexto político autoritário e de um “apelo irracional”²⁸ por maior segurança, a qualquer custo, as bases para os esquadrões estavam armadas. A noção de segurança passou a atravessar a ideia de um extermínio

²⁵MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011. p.02

²⁶Bicudo, Hélio. Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Comissão de Justiça Paz de São Paulo, 1976.

²⁷ MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011. p.03

²⁸*Ibidem*. p. 04

da criminalidade, e sobre este aspecto, os inimigos, para além do cunho político de comunista, iam se expandindo em termos de perfil.

O real objetivo desse grupo especial de policiamento era ocultado, mas os jornais noticiavam que era matar bandidos de alta periculosidade e considerados irrecuperáveis. Formado por homens discretos e silenciosos, era quase impossível saber sobre suas missões, dificultando a cobertura dos fatos por parte da imprensa, assim, em pouco tempo de atuação, esse grupo foi batizado de esquadrão da morte.²⁹

São pelas alcunhas do trabalho policial que os esquadrões ganham mais espaço dentro do contexto sócio-político atrelado ao Regime Militar. Policiais e agentes da segurança estatal de diversas áreas arrefecem as relações do crime enquanto instrumento de serviço do Estado. Matadores de aluguel (com participação policial ou não) e extermínio de bandidos passaram a constituir o pano de fundo das organizações, porém, cabe destacar que a ideia de fazer justiça à revelia do que oferece o aparato estatal, respalda “a mentalidade de que matar tornou-se presente em grupos específicos [...]”. Com surgimentos calcados pelo ideal de anomalias sociais, a reprodução dos esquadrões se deu de modo endêmico, e assim sendo vingar a morte de policiais exterminados por bandidos proporcionou um status de popularidade nas cidades com altos níveis de criminalidade, foi assim que grande parte dos crimes de execução sumária passou a ser atribuídos a eles.³⁰

O recorte de 1979 a 1985 é marcado politicamente por diversos eventos dentro da esfera social, especialmente porque o mandato do General Figueiredo foi atravessado em discurrir por uma fragilização do regime militar em função de um processo de transição política. Processo esse que foi construído a partir de uma abertura política para os anistiados (com a Lei da Anistia, 1979), das reformas partidárias, do arrefecimento do movimento sindical e as “Diretas Já!”. Esses acontecimentos geraram, numa via de contramão, ações radicalizadas por parte de muitos defensores do regime, os quais passaram a promover ataques terroristas, assassinatos, roubos e outras ações que iam de encontro à lei com o intuito de provocar medo na sociedade e provocar destabilizações que desembocassem num endurecimento do regime³¹

a emergência do protesto popular, particularmente do movimento operário, coloca a questão em outro patamar, pois as contradições políticas que

²⁹Barbosa, Adriano. Esquadrão da Morte, um Mal Necessário? São Paulo: Mandarin, 1971. P. 31

³⁰MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011. P.05

³¹BOMGOMES, Zimmer de Souza. O papel do presidente Figueiredo (1979-1985) nas relações Brasil-Argentina. Revista Século XXI, Porto Alegre, V. 6, nº 2, Jul-De 2015. pp. 89 -102

marcaram a crise conjuntural desde o início da distensão não se limitam mais ao bloco no poder. Ao contrário, o novo eixo das contradições políticas potencializa a transformação da crise conjuntural em crise de hegemonia, com o avanço de uma clara perspectiva anti-autocrática.³²

Esse momento de crise além de viabilizar panoramas para a queda da ditadura militar, concomitantemente também oferece espaços para um recrudescimento de ações violentas oferecendo margens para grupos e organizações violentas atuarem, na clandestinidade obviamente, na busca por uma minimização dos problemas e de uma retomada da hegemonia militar em termos de poder³³. É importante também salientar que o contexto abordado aqui neste trabalho, de um processo transitório, tem nas frações burguesas, da sociedade da época, uma grande resistência à transição democrática, muitos posicionamentos de líderes empresariais e de outros setores econômicos externam a insatisfação das reformas aderidas pelo governo.

Destaca-se também a força do movimento sindical e popular como condicionante de ampliação dos canais de interlocução entre Estado e o bloco de poder. Sem contar na onda grevista que se sucede no início da década de 1980, em diversas categorias de diferentes regiões, movimento esse que além de pressionar as forças governamentais arrefecem a luta contra inimigos comuns (tidos como adversários do governo) – espaço em que os esquadrões passam a atuar cada vez mais. O governo intensifica sua ação repressiva sobre o movimento sindical provocando, novamente, uma centralização na resolução dos embates políticos no aparelho de repressão e informações utilizando como justificativa a preservação de seu *modus operandi*³⁴. Desse modo, entendemos que o contexto político-social é forjado de acordo com os interesses políticos e de manutenção da governabilidade ao ponto de propiciar espaços viáveis para a atuação dos esquadrões, mais do que isso, cenários econômico, civilizatório, jurídico e político-ideológico. O tópico seguinte busca abordar a atuação do Esquadrão da Morte no estado de Pernambuco entre 1979 a 1985.

³²MACIEL, David. Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 -1985). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Agrárias, Goiânia.p. 241

³³*Ibidem*. p. 254

³⁴MACIEL, David. Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 -1985). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Agrárias, Goiânia.p. 265

O ESQUADRÃO DA MORTE, A RELAÇÃO COM PERNAMBUCO E SEU *MODUS OPERANDI*

O processo de repressão no Estado de Pernambuco, promovido pelo Regime Militar, passa inicialmente por uma capacitação policial em torno das ações necessárias para legitimar uma nova mentalidade, em outras palavras, que dialogasse com as propostas governamentais contidas dentro da Lei de Segurança Nacional. Nesse sentido, um dos primeiros passos seria o aparelhamento dos órgãos de controle social, que em outros termos significaria conceder mais munições para gerenciar ideologicamente a sociedade e, subsequentemente, fortalecer o jogo de poder.³⁵

Especificamente no estado de Pernambuco, a onda conservadora se instaura, sobretudo depois da derrubada do governo de Miguel Arraes (1964) acusado de ser comunista. Seja a partir do apoio aos investimentos americanos ou da sucessão de relatórios ao governo federal em relação a ações suspeitas no seio da sociedade. O aparelhamento das instâncias policiais constrói uma mentalidade que aponta desconfianças, dúvidas e o que (ou quem) deve ser combatido, como se não bastasse uma série de práticas, comportamentos e atitudes vigilantes são induzidas para que a população também fizesse parte desta sistemática. O principal objetivo da polícia política de Pernambuco se tornou apreender, divulgar, fantasiar, produzir e manipular informações que poderiam ou não ser reais³⁶. Com a ajuda da Polícia Militar, do Exército, da Aeronáutica, Marinha e Polícia Federal o DOPS-PE coordenava as ações internas e externas, bem como mapeavam dados, coletavam, processavam e manipulavam as informações, categorizavam os crimes e catalogavam os assuntos de interesse da segurança³⁷.

A criação do Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) em Recife, por volta de 1971, afirma o caráter de objetividade quanto ao aspecto de combate aos inimigos é certo que

[...] atrocidades passam a fazer parte do cotidiano de horror protagonizado pelos defensores de uma nova ordem estabelecida e respaldada na ideologia da Segurança Nacional, em que o governo civil-militar mune-se de vários artifícios violentos, que variam de intensidade de acordo com o grau de envolvimento do acusado com idéias e práticas consideradas subversivas.

³⁵SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 59

³⁶*Ibidem*. p. 69

³⁷*Ibidem*. p. 70

Com o recrudescimento do regime, cresce o número de casos de tortura, morte e desaparecimento no estado.³⁸

A violência policial em Pernambuco é gritante e muitas ações repressivas foram praticadas com o intuito de podar toda e qualquer prática que fugisse do espectro de aprovação das forças de segurança. De acordo com a pesquisadora Marcília Gama (2014), na prisão de uma ex-militante da Ação Popular, Sílvia Lúcia Montarroyos, foi imputada a acusação de ser uma “subversiva de alta periculosidade de rosto angelical e alma de demônio e por essa razão foi caçada feito um animal”³⁹.

É exatamente diante deste contexto que o Esquadrão da Morte passa a destinar uma atenção bastante peculiar ao estado de Pernambuco, seja em termos das atuações políticas e de ordem social ou mesmo pela fuga de outros alvos para o estado – como será visto a seguir. Nesse sentido, cabe salientar que a marca de suas ações costumeiramente era deixada de diversas formas, além de realizar as execuções primárias, o símbolo do esquadrão era deixado em algum lugar perto do cadáver como afirmação de sua autoria do crime. A imagem a seguir exemplifica a afirmação acima:



Foto: Folhapress/Folhapress – 06.10.1970 – Vítima do Esquadrão da Morte com o símbolo do grupo. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/percival-descobri-que-o-esquadrao-da-morte-planejou-meu-assassinato-13042018%3famp>. Acesso em: 21/06/2019.

A dificuldade de encontrar documentos que fizessem referência direta à atuação do Esquadrão no Estado foi algo presente no decorrer do trabalho, uma vez que, como

³⁸*Ibidem.* p. 278

³⁹*Ibidem.* p. 229

já mencionado, a atuação clandestina não contava com a circulação de ofícios ou outros meios oficiais de comunicação, do contrário, a busca por sigilo e por certa preservação dos indivíduos que compunham seus quadros era algo substancial em seu *modus operandi*. No entanto, o Diário de Pernambuco tem em seu acervo digital algumas referências relacionadas ao Esquadrão da Morte com algum tipo de ligação ao estado.

Fugitivo do Esquadrão da Morte é prêsno no Recife

A rigorosa fiscalização a passageiros que embarcam e desembarcam na Estação Rodoviária resultou, ontem, na prisão de um perigoso marginal carioca, que veio para o Recife fugindo do "Esquadrão da Morte". Trata-se do bandido "Gato Preto", que usa dupla identidade: Luis Barros da Silva ou Luis Trajano.

"Gato Preto", portando documentos falsos, carrega, ainda, uma tatuagem no peito: uma estrela grande com o número 13 no meio. É a famosa marca dos bandidos perigosos que passam pela Invernada de Olaria, na Guanabara. O que se poderia chamar de verdadeiro estigma da periculosidade. Quem a possui recebe um prazo de 15 dias para desaparecer do Estado. Caso contrário será caçado pelo "Esquadrão da Morte". A estrela no peito e o número 13 significam, portanto, a sentença de morte para os marginais que deixam a Invernada.

FUGIU COM MEDO

Ao ser prêsno, "Gato Preto" confessou que,

no Rio, praticava assaltos à mão armada. Recebendo a "marca da Invernada de Olaria" preferiu fugir, pois, segundo disse, é melhor trabalhar do que voltar para o Sul, onde, inevitavelmente, seria morto pelo "Esquadrão da Morte".

PREVENÇÃO

Por outro lado, o comissário Ariston Soares de Lima informou que a fiscalização na Rodoviária, intensificada nas últimas semanas, será mantida até a segunda quinzena de fevereiro. A medida, segundo o policial, tem caráter preventivo, tendo em vista a aproximação do carnaval do Recife, época que atrai muitos bandidos do Sul e de Estados vizinhos.

Além de serem exigidas as identidades dos passageiros, também as bagagens são submetidas à ação fiscalizadora dos policiais. Os passageiros do interior, da mesma forma, serão identificados e suas bagagens revistadas.

Reportagem do Diário de Pernambuco, edição 00008, relatando a apreensão, em Recife, de um indivíduo que estava fugindo do Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=esquadr%C3%A3o%20da%20morte. Acesso em: 21/06/2019.

O documento acima, por exemplo, datado da década 1970, relata a apreensão de um indivíduo, chamado de "Gato Preto", em Recife, que estava fugindo do Esquadrão da Morte em função de praticar uma série de crimes na Região Sul do país. A reportagem apresentada nos oferece a possibilidade de compreender um dos perfis dos alvos da organização: um indivíduo supostamente de alta periculosidade que cometia "assaltos à mão armada" e, subsequentemente, ameaçava a ordem social. O recorte presente no jornal salienta uma descrição que apresenta o Esquadrão enquanto elemento de apoio ao combate à criminalidade.

A compreensão desse tipo de impressão é fundamental, pois a representação que se faz em determinadas matérias jornalísticas os afastava, dentro do imaginário social, as ligações diretas “com as economias criminais, como por exemplo, o jogo do bicho, a prostituição e também o tráfico de entorpecentes, além de torturas e assassinatos”⁴⁰. O documento a seguir, por exemplo, uma coluna jornalística realizando uma forte crítica à falta de posicionamento coletivo em relação ao surto de violência na sociedade. Datado de 1980, o trecho menciona a impunidade legitimada pelo próprio governo federal e, ao mesmo tempo, uma mobilização de todos os setores da sociedade:



Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, 1980. Tema da coluna: “Era da violência”, Edição 00017 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=esquadr%C3%A3o%20da%20morte//. Acesso em: 21/06/2019.

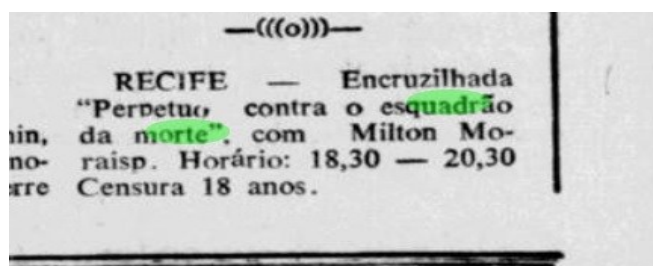
Chama atenção também o penúltimo trecho da reportagem, uma vez que as formas alternativas que até então eram propostas incluíam a ideia de validar a pena de morte ou

⁴⁰Especialmente pelo fato de muitos de seus agentes terem sido apontados como autores de tortura e morte de civis e presos políticos. Relatório – Tomo I – Parte I - Repressão Política: Origens e conseqüências do Esquadrão da Morte. p. 01. Disponível em: www.verdadeaberta.org//. Acesso em: 21/06/2019.

“fechar os olhos aos vários segmentos do Esquadrão da Morte”. Essa afirmativa supõe que há um conhecimento e consentimento da sociedade acerca das ações e da sistemática dos esquadrões e, mais do que isso, que o Ministério da Justiça concedia pouca importância a tal problemática e delegava toda a responsabilidade apenas para os estados. O último parágrafo ainda ressalta a prioridade não só discursiva, mas enquanto prática social, de que a Segurança Nacional estaria acima da segurança individual, elencando a ideia de que seria prioritária a defesa do Estado, da Nação em primeira instância. Em outras palavras,

A omissão das autoridades políticas conduz seus representantes ao papel de conivência e, em alguns casos, até de co-autoria dos crimes de execução sumária. Do ponto de vista da sociedade, eles surgem da falta de consciência ética de poucos, ganha força na indiferença de muitos e se fortalece na solidariedade pela omissão e banalização do mal (Arendt, 1964) e pelo pensamento unidimensional instalado (Marcuse, 1964). Inicialmente, formase um grupo, que se multiplica em vários outros, que vão depositando responsabilidades dos crimes praticados em uma organização unificada no simbólico do imaginário social, fortalecendo a mentalidade assassina, a consciência do extermínio.⁴¹

Diante dessa perspectiva é importante pensarmos de onde vem a “inversão de valores” mencionada na reportagem, se parte única e exclusivamente do formato e atuação executados pelas forças governamentais ou se também é retroalimentado pela sociedade a partir do descaso e indiferença. O recorte de uma das matérias do Diário de Pernambuco, do ano de 1970, que será apresentado a seguir ao menos mostra que há um consumo na sociedade de elementos que fazem referência aos esquadrões:



Nota de Exibição do filme “Encruzilhada perpétua contra o Esquadrão da Morte”, na folha de entretenimento, Edição 00018. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&PagFis=1374&Pesq=Esquadr%c3%a3o%20da%20Morte. Acessado em: 22/06/2019.

O Diário de Pernambuco ainda trazia consigo o questionamento a respeito das atividades do próprio Esquadrão no Nordeste do Brasil. Afinal, as consequências das

⁴¹MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro a ANPAD — Rio de Janeiro, 2011. p. 14. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>. Acesso em: 23/06/2019.

ações dos grupos passaram a pairar pelo território nacional de modo a criar uma sistemática muito forte.

Diário da Noite (Recife):

“Na medida, porém, em que o Esquadrão da Morte começou a se projetar, dando mostras de que enquanto se livraria dos marginais iam seus homens se especializando no requinte da perversidade, aquela concordância inicial estancou, dando lugar a uma espécie de sobressalto geral. E não foi para menos, e não é para menos. Em nome do Esquadrão da Morte e de sua missão punitiva, começam-se a praticar em todo o país verdadeiros absurdos. Por que “punição” como essa do marginal da Pavuna? Que policial é esse que passa por ser “O Vampiro da Morte”? Que pretende ele da opinião pública deixando um homem à margem da estrada com o corpo crivado de balas e furado de faca, depois de ter sido torturado, queimado a ponta de cigarro e enforcado? Não encontrará simpatia, mas o ódio popular.

Até aqui pelo Nordeste já se falam de expedições do Esquadrão da Morte. Af está o exemplo do Rio Grande do Norte. Os homens do Esquadrão estariam agora servindo para tudo. Não demorará muito para que a maioria dos grande criminosos de todo o país seja composta de agentes ou falsos agentes da famosa sociedade secreta. Se tinha ela uma missão a cumprir, é urgente que dê essa missão por cumprida; é urgente que as autoridades federais e estaduais alertem para o perigo que começa a criar; é urgente que ponham um paradeiro na ação do Esquadrão, para que dele não resulte uma Máfia pior do que a que atua na Itália e nos Estados Unidos...”

Diário da Noite (Recife), 1973 – Diário de Pernambuco, Edição 00040. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&PagFis=1374&Pesq=Esquadr%c3%a3o%20da%20Morte. Acesso em: 23/06/2019.

O trecho de uma coluna presente numa das publicações do Jornal, em 1973, referida ao “*Diário da Noite (Recife)*”, traz uma ambigüidade ao apresentar o ato de se livrar dos marginais com um efeito de “especialização da perversidade” dos agentes do esquadrão, uma vez que carregavam consigo uma “missão punitiva” e nessa perspectiva produziam episódios absurdos. Cabe então considerar, e como já mencionado no início

do trabalho que a execução primária foi um dos principais métodos dos esquadrões, que o próprio texto questiona a necessidade de deixar o corpo do “marginal Pavuna” à beira da estrada crivado de balas.

Outro debate pertinente lançado pelo trecho do Diário de Pernambuco é a contradição que tais métodos poderiam encontrar na recepção popular mencionando a ideia de que tais práticas não encontrariam simpatia, “mas o ódio popular”. A fonte ainda relata um medo que se transforma em reivindicação, a qual teria como ponto central a urgência de por “um paradeiro na ação do Esquadrão”. É neste sentido que as ações arbitrárias perpetradas pelos esquadrões, seja no Sudeste ou no Nordeste do país, desnudaram a possibilidade de percebermos que “a violência, a brutalidade, a agressividade geram um estado de medo e pânico na população, coagindo as pessoas [...]”⁴².

CONSIDERAÇÕES

A dificuldade em encontrar documentação que fizesse alguma referência direta à atuação do Esquadrão da Morte em Pernambuco nos impôs limitações, mas não inibiram a possibilidade de construir uma narrativa que mantivesse algum tipo de relação da organização com o estado ou pelo menos uma convivência. Embora a digitalização do acervo DOPS-PE esteja concluída, o acesso só será liberado em agosto/2019, o que impossibilitou nosso acesso ao prontuário funcional nº 29.741 em que daria um enfoque mais rico ao trabalho, mas no futuro pretendemos nos debruçar sobre a rica documentação, já para uma futura pesquisa de Mestrado. Foi exatamente nesse sentido que, o uso da documentação disponível no acervo digital do Jornal Diário de Pernambuco foi substancial para discorrê-lo.

O surgimento dos esquadrões enquanto instrumentos que visavam dar manutenção a pressupostos de uma suposta segurança em termos de ordem social e política foi extremamente colaborativa para o Regime Militar. Isso porque, o uso dos agentes das forças policiais dentro da clandestinidade serviu enquanto mecanismo de controle social não só em termos formais, mas também fora das jurisdições, em outras palavras,

⁴²MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro a ANPAD – Rio de Janeiro, 2011. P. 15. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1233.pdf>. Acesso em: 23/06/2019.

para manter a segurança nacional aparentemente era necessário o domínio de todas as instâncias criminais. Nesse sentido, permitir a existência desses grupos que atuavam à margem do sistema era mais uma garantia de “limpeza social necessária” aos olhos dos agentes do regime autoritário e que ao mesmo tempo despistava ou dificultava a apuração dos crimes e a autoria.

As relações dos Esquadrões da Morte com a sociedade não se mantiveram apenas pela nuance da garantia de segurança ao executarem pessoas categorizadas como sujeitos de alta periculosidade, mas em domínios mais específicos das economias criminais constituindo um formato extremamente próximo das milícias. É para tanto que os próprios recortes jornalísticos apresentados no trabalho revelam um certo temor em relação ao avanço da força e influência dos esquadrões. Afinal, cada vez que o campo de atuação se expandia, automaticamente o poder e os impactos no nível de expansão territorial também cresciam.

O uso da abordagem do “Estado Jardineiro”, de Bauman, foi substancial para entendermos que o termo utilizado pelo autor (“erva daninha”) pode ser bastante instrumentalizado na análise concernente aos objetivos cunhados pelos esquadrões, mais do que isso, na definição dos alvos e dos lugares de atuação amarrando seu *modus operandi* ao projeto político governamental em voga. Ao mesmo tempo em que foi importante perceber como o próprio discurso de salvaguardar a nação de um inimigo comum (o comunismo) fez com que parte da população naturalizasse a percepção governamental da necessidade de fazer o que fosse preciso para proteger o país.

A atuação no Nordeste se desdobrou especialmente em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Deixando as marcas de sua autoria com seus símbolos ao lado dos cadáveres, os esquadrões provocaram o afugentamento, o terror, assassinatos e diversas impressões na sociedade. O efeito simbólico dessas mensagens cravadas ao lado do corpo referendava a existência de uma ordem, uma solução, onde a ideia de punição ao crime com a morte constituía por si só, um elemento ameaçador e justiceiro e mais, uma marca registrada do *modus operandi* da autoria. As fontes consultadas neste trabalho contribuíram para perceber que, do ponto de vista dos recortes das colunas jornalísticas, a opinião era difusa ao apontar um lado supostamente positivo (na eliminação dos ditos marginais) e outro bastante preocupante ao ponto de cobrar posicionamentos do governo federal e criticar o seu desdém a causa.

Ganhando outros formatos e novos aparatos para se sustentar, os esquadrões contaram com muitos agentes policiais de diversas forças de segurança e asseguraram muitas ofensivas contra o Estado assim como contra a ordem social. Sob moldes violentos e interesses bem peculiares, se tem registros de atividades até a década de 1990.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte, um Mal Necessário?* São Paulo: Mandarino, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 2ª edição. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BOMGOMES, Zimmer de Souza. O papel do presidente Figueiredo (1979-1985) nas relações Brasil-Argentina. *Revista Século XXI*, Porto Alegre, V. 6, nº 2, Jul-De 2015. pp. 89 -102

BRASIL: nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURATO, José Antonio. *A ditadura no gatilho: reflexões sobre a violência policial militar*. Dissertação (Mestrado) – PPG em Gestão de Políticas e Organizações Públicas – UFSP: Osasco, 2015.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1990.

CAMPOS, Fernando Soares. Justiceiros do IRA ou ira dos justiceiros? *La Insignia*, 8 dez. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/diciembre/ibe_025.htm>.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: o Estado policial na era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CANCELLI, Elizabeth. *De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30*. Campinas, 2002. (Série artigos).

CORRÊA, Rosália Silva. Quando o excesso de ordem provoca o caos: as contradições do “estado jardineiro” na atuação policial nos centros urbanos. *Revista Eletrônica de Humanidades dos Cursos de Ciências Sociais da UNIFAP*. V. 08, n. 1. Macapá: jan-jun/2015.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DALLARI, Dalmo. Prefácio. In: VERRI, Pietro. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. I-XXIX.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Org. e sel. de textos Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos, v. 4).

Jornal Diário de Pernambuco, 1980. Tema da coluna: “Era da violência”, Edição 00017 Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=esquadr%C3%A3o%20da%20morte//. Acesso em: 21/06/2019.

GARCIA, Nélson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*. São Paulo: Loyola, 1990.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) *Textos em representações sociais*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MACIEL, David. Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 -1985). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Agrárias, Goiânia.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7/set, 2011.

Machado, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. VII-XXII.

MARKUN, Paulo & HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS-PE e a rede de informações: olho e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. *Revista Diálogos*, v. 15, n.2, maio-ago/2011.

SOUZA, Marcos Santana de. Representações Sociais, Polícia e Violência: um estudo sobre a violência policial. *Revista Scientia Plena*. Vol. 03, n. 05, 2007.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo: Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STOHL, M. *The State as Terrorist: Insights and Implications*. Democracy and Security, 2007. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/17419160600623418?scroll=top>. Acesso em; 13/06/2019.